

## NO DISCURSO DO ENEM: A PROJEÇÃO IMAGINÁRIA DO SUJEITO “IDEAL”

Amilton Flávio Coleta Leal \*

amiltonflavio@hotmail.com

Ana Luiza Artiaga R. da Motta \*\*

analuzar@unemat.br

### RESUMO

Nesta escrita propomos discutir conceitos de língua postos pelas políticas do/no Exame Nacional, enquanto instrumento que avalia as competências de leitura e escrita. Refletiremos sobre os direcionamentos das políticas de Estado na prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) em relação ao cenário escolar. Ancorados na Teoria da Análise de Discurso de Michel Pêcheux, na França e Eni Orlandi no Brasil, discutiremos a posição sujeito-aluno no discurso do ENEM. Entendemos que esse sistema se circunscreve numa política de avaliação que vai além da certificação do Ensino Médio e ingresso no Ensino Superior.

**Palavras-chave:** discurso; ENEM; escrita.

### 1 INTRODUÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio, desde sua primeira edição, em 1998, até a atualidade, passou por inúmeras reformulações e adaptações na sua estrutura/processo de avaliação. Até a edição de 2009 seu perfil era, eminentemente, avaliativo e classificatório, cujo objetivo principal centrava-se na avaliação das competências e habilidades dos alunos e, posteriormente, classificavam-se, em forma de *ranking*, escolas públicas e particulares de ensino de todo o Brasil, com base nas notas dos alunos participantes. Após entrar em vigor a PORTARIA Nº 109, DE 27 DE MAIO DE 2009\*\*\*, além de sofrer alterações na estrutura da prova<sup>1</sup>, há dois objetivos que passam a fazer parte do Exame Nacional, conforme Art. 2º do Documento Básico, que constitui os objetivos do ENEM.

I - oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua auto-avaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;

---

\* Mestrando em Linguística pela UNEMAT/Cáceres. Bolsista CAPES.

\*\* Doutora em Linguística. Professora Orientadora e Coordenadora do Mestrado em Linguística (UNEMAT/Cáceres).

<sup>1</sup> Até a edição de 2009 a prova era aplicada em apenas um dia e contava com 63 questões objetivas mais a redação e o tempo destinado era de 4h para a realização total da prova. Após a Portaria/2009 a prova passa a ser aplicada em dois dias: no primeiro são aplicadas 90 questões objetivas (4h e 30min) e no segundo dia são aplicadas 90 questões mais a redação (5h e 30min). Para saber mais sobre as questões relativas ao tempo destinado a cada questão, graficamente, consultar LEAL, 2011 (Trabalho de Conclusão de Curso).

V - promover a certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio nos termos do artigo 38, §§ 1º e 2º da Lei nº 9.394/96 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Percebe-se que o discurso do Exame Nacional centraliza-se numa posição de democratização e acesso à Educação Superior. Com base nisso, interessa-nos perceber o deslocamento da maneira como se praticava/concebia o Exame antes da Portaria, em relação ao objetivo, pela qual, o candidato se inscreve para a realização da prova, atualmente. Passa a funcionar, respectivamente, a política de acesso ao Ensino Superior e a política de Certificação do Ensino Médio. Assim, quando se fala que o Exame funciona como modelo de avaliação, notadamente, temos uma macro política de democratização e consenso que fazem funcionar o ENEM como uma possibilidade, eu diria que, futuramente, a única, de acesso a uma IES. Ele deixa de ser conhecido por seu caráter avaliativo e passa a ser uma referência/modelo de processo seletivo ao Ensino Superior. Daí a proporção quantitativa tomada nestas últimas edições.

Tomar o ENEM enquanto materialidade constitutiva para o desenvolvimento e análise neste trabalho é algo, fundamentalmente significativo, uma vez que dada sua importância e repercutividade nacional, temos mais que uma materialidade simbólica, mas um acontecimento discursivo e/ou memória discursiva da atualidade. Nesse sentido, a memória discursiva, da qual estamos falando, é irrepresentável. E no Exame Nacional, especificamente, essa memória produz um efeito, inserindo por seu gesto uma memória em uma atualidade e enquanto objeto discursivo, produz um acontecimento, que faz significar, que produz efeitos de sentidos. Esta é a sua historicidade constitutiva.

Para tanto, nesta escrita interessa-nos analisar, a partir do discurso da prova do ENEM, enquanto materialidade simbólica e significativa, os cinco critérios avaliativos na/para a produção escrita (redação) no Exame.

Antes de passarmos à análise dos critérios para a redação no Exame Nacional, é extremamente importante ressaltar o peso/valor da produção escrita para a prova. Na parte objetiva são avaliadas as quatro grandes áreas do conhecimento: Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias. À cada uma dessas áreas é atribuída uma nota que varia de 0-1000 pontos. A redação, por sua vez, constitui-se como outra prova, cuja nota recebe o mesmo peso das partes constituintes de cada área do conhecimento, que, por sua vez, também varia de 0-1000. Portanto, sua nota é dissociada das outras áreas do conhecimento,

isto é, ela não complementa a parte objetiva da prova, mas se constitui nela. Tudo isso a legitima como sendo de grande significatividade no/para o Exame.

Considerando que a análise dos dados se dará no embate entre a descrição e a interpretação, esta escrita, pela qual propusemos discursar sobre a política de língua do Exame Nacional, deve-se fazer, tornando visível o confronto do simbólico com o político. O político compreendido aqui como simbolização das relações de poder.

Nessa reflexão, apresentaremos na sequência, como material de análise, as cinco competências para a produção do texto dissertativo-argumentativo na redação do ENEM. Porém, antes de adentrarmos na análise do material é significativo apresentar, mesmo que em linhas gerais, no que consiste o discurso do ENEM mediante a proposta de redação. No discurso do Exame, o aluno, ao longo de sua formação, precisa produzir seu texto em determinado gênero textual, na modalidade escrita formal da língua portuguesa, acerca de um determinado tema, e que apresente uma proposta de intervenção social, que respeite os direitos humanos. E diante dos fatos, o sujeito-aluno-participante, em situação de avaliação, precisa atender aos cinco critérios a seguir:

Competência 1: Demonstrar domínio da norma padrão da língua escrita.

Competência 2: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento, para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo.

Competência 3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Competência 4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

Competência 5: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos. (*In: Guia do Estudante, Redação, 2012, p. 8*).

Discursar sobre a produção escrita dos alunos na prova de redação do ENEM é considerar que tais sujeito-alunos precisam, obrigatoriamente, atender aos critérios básicos para a produção escrita. Diante disso, apresentaremos uma breve reflexão sobre o discurso do Exame Nacional em relação aos critérios apresentados e a forma-sujeito na/para a escrita da redação.

**Competência 1 – Demonstrar domínio da norma da língua escrita:** Nesta primeira competência pressupõe-se o domínio da modalidade escrita formal da língua. Por isso, para atender a essa exigência, o sujeito-participante precisa ter consciência da distinção entre a modalidade escrita e a oral, bem como entre registro formal e informal da língua.

No discurso do ENEM, o aluno, para receber nota máxima nesta competência, precisa demonstrar um excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.

Alguns desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizarem reincidência. Neste caso, dominar a norma culta da língua escrita é também, desviar gramaticalmente. Há uma contradição quanto à concepção de ensino de língua escrita: saber escrever de acordo com a norma da língua é diferente de dominar a língua. Portanto, o aluno que demonstra domínio da norma da língua escrita não é, necessariamente, aquele que domina/sabe a língua escrita.

**Competência 2 – Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo:** O segundo aspecto a ser avaliado no texto é a compreensão da proposta de redação. Nesta competência exige-se que o participante escreva um texto dissertativo-argumentativo, que segundo o discurso do ENEM, “é o tipo de texto que demonstra a verdade de uma ideia ou tese”, isto é, mais do que uma simples exposição de ideias. Na redação, o participante deve evitar elaborar um texto de caráter apenas expositivo. É preciso apresentar um texto que exponha um aspecto relacionado ao tema, defendendo uma posição, uma tese. E para isso, o sujeito-aluno precisa desenvolver o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e que apresente um excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Só assim o aluno alcançará nota máxima nessa competência.

**Competência 3 – Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista:** O terceiro aspecto a ser avaliado na produção da redação é a forma como o candidato seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do seu ponto de vista apresentado diante de sua intervenção para o problema abordado e defendido como tese, conforme sugere a competência 2. Nesse sentido, é preciso que elabore um texto que apresente, claramente, uma ideia a ser defendida e os argumentos que justifiquem a posição assumida pelo candidato em relação à temática exigida pela proposta de redação.

Nota-se que esta competência trata da inteligibilidade do texto, ou seja, da sua coerência, da plausibilidade entre as ideias apresentadas. Para tanto, no discurso do ENEM, para que o sujeito-aluno alcance nota máxima nesse terceiro critério é preciso que o mesmo apresente informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.

**Competência 4 – Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação:** Os aspectos a serem avaliados nesta competência dizem respeito à estruturação lógica e formal entre as partes da redação. A

organização textual exige que as frases e os parágrafos estabeleçam entre si uma relação que garanta a sequenciação coerente do texto e a interdependência entre as ideias. No discurso do Exame Nacional, esse encadeamento pode ser expresso por conjunções, por determinadas palavras, ou pode ser inferido a partir da articulação dessas ideias. Preposições, conjunções, advérbios e locuções adverbiais são responsáveis pela coesão do texto, porque estabelecem uma inter-relação entre orações, frases e parágrafos. Cada parágrafo será composto de um ou mais períodos também articulados; cada ideia nova precisa estabelecer relação com as anteriores.

Diante dessas instruções/sugestões, nota-se que dominar os mecanismos linguísticos é saber muito mais que a pura gramática propriamente dita. Produzir uma redação que seja consistentemente e articulada aos objetivos propostos nesta competência é saber a língua. É saber argumentar. Para tanto, obter nota máxima nessa penúltima competência exige que o participante articule bem as partes do texto e apresente repertório diversificado de recursos coesivos.

**Competência 5 – Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos:** O quinto aspecto a ser avaliado na redação dos participantes do ENEM é a apresentação de uma proposta de intervenção para o problema abordado. Por isso, a redação desses sujeitos-participantes, além de apresentar uma tese sobre o tema, apoiada em argumentos consistentes e articulados conforme fora apresentado na competência anterior, deve oferecer uma proposta de intervenção na vida social. Essa proposta deve considerar os pontos abordados na argumentação, assim como manter vínculo direto com a tese desenvolvida no texto e a própria coerência com os argumentos utilizados, já que expressa a sua visão, como autor, das possíveis soluções para a questão discutida.

A proposta de intervenção, de acordo com o Exame, precisa ser detalhada, de modo a permitir ao leitor o julgamento sobre sua exequibilidade, portanto, deve conter a exposição da intervenção sugerida e o detalhamento dos meios para realizá-la. A proposta deve, ainda, refletir os conhecimentos de mundo de quem a redige, e a coerência da argumentação será um dos aspectos decisivos no processo de avaliação. É necessário que ela respeite os direitos humanos, que não rompa com valores como cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural. Valores esses institucionalizados pelo Estado e aprendidos na Escola.

Conforme o discurso do Exame Nacional, atender, fielmente, ao último critério para a produção da redação e, conseqüentemente obter nota máxima nesta competência, o sujeito-aluno precisa elaborar muito bem a proposta de intervenção ao problema proposto. Uma intervenção que seja detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no

texto. Diante disso, nota-se a partir daquilo que propõe essa última competência, que não basta discursar/escrever sobre o referido tema em proposição. Precisa-se de um sujeito crítico que saiba intervir sobre o referido problema em discussão. Busca-se um sujeito-aluno que tenha não apenas conteúdo acumulado em sua trajetória escolar, mas que saiba pensar como o Estado, politicamente. No discurso do ENEM, projeta-se, imaginariamente, um “aluno ideal” que, pela escrita, se marque, faça a diferença, mobilize, inove, etc. que saindo do conteudismo escolar compreenda e intervenha diante da realidade/atualidade.

## **2 UMA QUESTÃO DE ANÁLISE**

Estamos diante de um fato de linguagem que merece atenção/investigação, pensando as políticas de língua escrita de Estado em relação ao cenário escolar, uma vez que temos aqui um aluno que sai do ensino médio e submete-se à avaliação do ENEM como condição de acesso/ingresso ao Ensino Superior.

Quando falamos em projeção imaginária de um sujeito-aluno-participante em situação de avaliação no Exame Nacional, estamos, contudo, pressupondo que tal projeção é imaginária assim como é para a teoria da AD a noção do sujeito que pensa ser a origem de si e do que diz: aquele que possui o pleno domínio/controla sobre a língua. É aqui que está presente o funcionamento da ideologia. Nessa perspectiva, discorreremos em nossas análises.

Para se pensar o sujeito na perspectiva da AD, precisa-se levar em consideração as posições-sujeito, uma vez que, para a teoria, este é pensado discursivamente como uma posição. Portanto, o sujeito do discurso não é totalmente livre, nem totalmente determinado por mecanismos externos, dada as condições de produção. Diante disso, como fica a questão dos critérios a serem atendidos na produção da redação? São imposições? Ou, de fato, todos os participantes possuem, supostamente, respectivas habilidades e competências à tais critérios exigidos?

Para início de reflexão, Orlandi (2012, p. 62) nos afirma que há uma história de leitura do texto e há também uma história de leitura dos leitores. Nesse sentido, produzir um texto escrito é articular mecanismo não apenas linguísticos, mas levar em conta a história de leitura do sujeito escritor. Elencar uma série de elementos a serem levados em consideração na produção textual é, muitas vezes, dependendo das condições de produção do sujeito-escritor, algo longínquo de sua capacidade crítica e reflexiva. Dessa forma, estabelecer tais parâmetros é projetar imaginariamente um sujeito capaz de englobar os cinco critérios numa única reflexão e contemplá-los na produção de sua redação.

Neste caso, atender os critérios de avaliação na redação do ENEM é muito mais que tirar nota 1000. Vai além de um aluno categoricamente exemplar, que acata e faz funcionar aquilo que se pede, se impõe. Diríamos, que além do plano do real. Há aí uma projeção imaginária de um sujeito supostamente “ideal”, individuado pela política de língua escrita do Estado e assujeitado pelas normas na “boa escrita”, conforme os critérios avaliativos.

Ao projetar, imaginariamente este sujeito, a política do ENEM circunscreve-o como modelo/parâmetro a ser seguido, desconsiderando, portanto, as condições de produção e o contexto sócio-histórico-ideológico, bem como o histórico de leitura e escrita, a formação escolar, assim como a conjuntura em que os participantes se inscrevem para se marcarem na escrita.

Para pensar tal questão, teoricamente, temos o texto, numa primeira instância como materialidade. Materialidade simbólica e significativa. Nas palavras de Orlandi (1983) ele é a unidade de análise afetada pelas condições de produção. É o lugar da representação e espaço significante. E dessa forma, na perspectiva do discurso, o texto é lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade. Isso nos permite afirmar que, um sujeito não produz só um discurso. Ele é atravessado por formações discursivas e ideológicas (FD e FI, respectivamente) em seu contexto de produção. Dito de outra forma, o participante do Exame, na sua posição-sujeito, e em situação de avaliação, precisa articular mecanismos de projeção que articule seu conhecimento de leitura e escrita apreendidos durante toda a trajetória escolar. Contudo, podemos afirmar que esse sujeito marcado na/pela escrita e com o qual discutimos no decorrer do trabalho, é um sujeito escolarizado, isto é, não possui “história de leitura” e nem mesmo “história da leitura”. Orlandi (1988, p. 52), resumindo-se no fato de que tais alunos não possuem leitura/conhecimento suficientes construído são longo de sua formação<sup>2</sup>, conforme é pedido no próprio enunciado da proposta de redação.

Por outro lado, o processo de leitura para o ENEM é de expressiva importância, pois pode-se designar que “a competência de ler, compreender, interpretar e produzir textos, no sentido amplo do termo, não se desenvolve unicamente na aprendizagem da LP, mas em todas as áreas e disciplinas que estruturam as atividades pedagógicas na escola” (INEP, 2001a, p. 14). Nesse sentido, a leitura no ENEM não se reduz ao reconhecimento das palavras, mas nas relações de sentido e integração das ideias e conceitos que são apresentados através das inferências de sentido. Isso nos faz reconhecer que na língua nada é evidente e que é preciso ir

---

<sup>2</sup> A título de informação, **na proposta de redação**, pede-se para o candidato produzir um texto dissertativo-argumentativo com base nos conhecimentos construídos ao longo da formação escolar.

além e buscar um lugar de interpretação a tudo o que diz respeito à linguagem. E tendo em vista que para a AD tudo consiste em relações, isto é, nada na língua é concebido isoladamente, é preciso considerar também, que no ENEM, a construção do conhecimento está inteiramente relacionada na relação do sujeito com a língua, com o mundo e com o outro, estabelecendo relações com a exterioridade.

Nesse sentido, abordaremos dois conceitos essenciais para a teoria, a qual nos serve de suporte para esta escrita e que nos fará compreender como se dá o funcionamento dos cinco critérios do Exame Nacional para produção da redação. Ideologicamente, o Estado não busca um sujeito que saiba ler, escrever e interpretar apenas. Este sujeito, no ENEM, precisa além de tudo, intervir sobre uma questão problema, respeitando os direitos humanos, isto é, que intervenha diante de uma situação e que não fira os direitos humanos. Temos, com isso, o funcionamento de uma questão discursiva e imaginária, que teoricamente, chamamos de formação discursiva (FD) e formação imaginária (FI), respectivamente:

A FD é a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer e, também, o que não pode e não deve ser dito, funcionando como lugar de articulação entre língua e discurso. Uma FD é definida a partir de seu interdiscurso e, entre formações discursivas distintas. Na AD este conceito é reformulado e aparece associado à noção de formação imaginária. (COURTINE, 1984, p. 78)

A formação discursiva que rege, no discurso do Exame Nacional, é aquela em o que o sujeito está veementemente conduzido por relações de força e poder. Portanto, está limitado/regulado a dizer dessa maneira e não de outra, isto é, pode-se dizer isso e não aquilo. Ainda sobre as formações imaginárias, Pêcheux afirma:

As formações imaginárias sempre resultam de processos discursivos anteriores. As formações imaginárias se manifestam, no processo discursivo, através da antecipação, das relações de força e de sentido, estabelecendo estratégias discursivas. O lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não há discurso que não se relacione com outros. As formações imaginárias, enquanto mecanismos de funcionamento discursivo, não dizem respeito a sujeitos físicos ou lugares empíricos, mas às imagens resultantes de suas projeções. (PÊCHEUX, 1975, p. 93)

Por outro lado, a formação imaginária que, discursivamente, permeia esse sujeito escolarizado no ENEM se dá pela posição-sujeito, isto é, “o lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força no discurso”, Orlandi (1983, p.15). Há uma projeção

imaginária do sujeito no discurso, que ao produzir seu texto, interpelado pela FD em que está inserido/inscrito, diz de uma maneira e não de outra e, portanto projeta-se, imaginariamente, como sujeito-ideal na/para a política de língua do Exame.

### **3 O SUJEITO NO ENEM: UMA PROJEÇÃO IDEAL**

Falar que há uma projeção imaginária de um sujeito, em situação de avaliação, supostamente idealizado, é pensar o Exame Nacional circunscrito numa política de Estado, que “escolhe” e/ou seleciona aqueles que não só atendem os critérios para a produção escrita, mas que reconheçam e saibam pensar como o próprio Estado, politicamente.

Por outro lado, a partir dos resultados midiáticos, dispostos graficamente, sobre o ensino no Brasil, a partir do ENEM, é possível perceber que há enormes lacunas a serem pesquisadas e analisadas quando se diz respeito às dificuldades dos alunos em relação à produção escrita, e com ela às competências e habilidades exigidas no Exame Nacional. Tudo isso reflete e remete-nos automaticamente à Escola, enquanto espaço político-educacional, formadora de cidadãos e instruída por uma voz: o Estado.

Sendo assim, nota-se que as condições de realização da prova do ENEM estão permeadas por técnicas que normalizam e até mesmo punem, isto é, há uma política institucional que privilegia e avalia os discursos e as formas do bem escrever, fazendo do aluno um sujeito sancionado pelas coerções e verdades institucionalizadas nas provas. Fica-se preso perante aquilo que quer e aquilo que pode dizer. Dito de outra forma há uma imposição à escrever sobre um tema que só passa a ser conhecido no momento da prova, o que faz com que suponhamos que a Escola desempenha uma prática de leitura e escrita recorrentes, diversificada, bem como a intertextualidade, as relações, etc. Tudo isso se resume num padrão supostamente aprendido pelos candidatos na esfera escolar e que conduz o inscrito a reproduzir a prática de produção textual sobre tema previamente não conhecido e em situação de avaliação.

Nesse contexto, a prova do Enem gira em torno de questões, que são (ou deveriam ser) conteúdos e discussões pertencentes ao currículo do ensino médio, entretanto, nota-se que isso não acontece, ou seja, a escola não forma cidadãos civilizados, político-sociais e críticos. Formam-se alunos categorizados, para o mercado de trabalho e para o vestibular, apenas. Diante dessas questões e/ou situações impostas no exame, o aluno muitas vezes, se vê mobilizado a construir um conjunto de competências e habilidades que são propostas, na tentativa de buscar possíveis respostas ou soluções às situações-problema. Neste sentido,

diferente de outros processos avaliativos, percebe-se que no ENEM, o aluno é convocado a pensar e a colocar seus conceitos em prática, posicionando-se de maneira crítica. Por isso mesmo não faz sentido a escola formar cidadãos categorizados.

#### **4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

O que chamaremos aqui de considerações finais será apenas uma provocação que suscitará reflexões e problematizações outras acerca da proposição deste trabalho. Pôr um fim à problemática sugerida inicialmente é o mesmo que desconsiderar o princípio da escrita para a teoria da AD, com sua múltipla possibilidade de sentidos, sujeito à outros dizeres e interpretações. No entanto, diante do exposto é possível afirmar que a educação no Brasil, bem como o ensino da língua escrita não podem ser pensados separadamente das políticas que regem o currículo do ensino médio e as políticas que permeiam o ENEM. Pensar em escrita é ao mesmo tempo considerar o contexto, o sujeito e a situação. E nesses termos nota-se uma necessidade de aproximação entre tais políticas, e essa necessidade é comprovada a partir da defasagem dos resultados do ENEM, que dão lugar à essa indissociabilidade.

Em resumo, acreditando que não há possibilidade de pôr um fim à problemática, este trabalho foi apenas uma provocação que suscitará reflexões e problematizações outras acerca daquilo que a Escola, como instituição legítima, precisa desenvolver enquanto processo formativo em língua escrita que não se feche em regras e discursos atravessados por uma memória discursiva literal e esvaziada de sentidos.

Finalizamos aqui este trabalho certo de que esta pesquisa não se encerra em poucas linhas, mas prolonga-se a partir das problematizações propostas, abrindo outros questionamentos que se somam àqueles que nos serviram de problemas de pesquisa.

### **IN THE DISCOURSE OF ENEM: A PROJECTION OF IMAGINARY “IDEAL” SUBJECT**

#### **ABSTRACT**

At this writing we propose discussing concepts of language policies laid by / in National Exam as a tool that assesses the skills of reading and writing. Reflect on the directions of the state policy in the proof of ENEM (National High School Exam) in relation to the school setting. Anchored in Theory of Discourse Analysis of Michel Pecheux, France and Eni Orlandi in Brazil, we discuss the position of subject-student discourse ENEM.

We understand that this system is limited to a review that goes beyond politics certification of high school and enrollment in higher education.

**Keywords:** speech; ENEM; writing.

## REFERÊNCIAS

COURTINE, J. J. Définition d 'Orientations Théoriques et Méthodologiques em Analyse de Discours. In: **Philosophiques**, v. IX, n. 2, Paris, 1984.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM):** fundamentação teórico-metodológica. Brasília: MEC/INEP, 2005.

ORLANDI, E. P. **Discurso em análise:** sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Leitura.** São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento.** Campinas, SP: Pontes, 1983.

PÊCHEUX, M. **Les Vérites de la Palice.** Maspero, Paris. Tradução: Semântica e Discurso. Eni P. Orlandi et alii. Editora da Unicamp.

Recebido em 20 de março de 2014. Aprovado em 10 de junho de 2014.